

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Regulamento n.º 2/2007, de 19 de Dezembro

Tipologia de Organismos de Investimento Colectivo em Valores Mobiliários, "OICVM"; Técnicas de cobertura de risco; Liquidação; Fusão

Com o intuito de dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro, que regula os Organismos de Investimento Colectivo (OIC);

O Banco de Cabo Verde, através da Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, determina o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Âmbito

O presente diploma regula, nos termos do disposto no artigo 167.º do Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo aprovado pelo Decreto-Lei nº. 15/2005, de 14 de Fevereiro, as seguintes matérias:

- a) Tipologia de Organismos de Investimento Colectivo em Valores Mobiliários, "OICVM";
- b) Técnicas de cobertura de risco;
- c) Liquidação
- d) Fusão

Secção I

Tipologia de OICVM

Artigo 2.º

OICVM de tesouraria

1. Os OICVM de tesouraria são OICVM abertos cuja política de investimentos se orienta para ativos de elevada liquidez.

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

2. Os OICVM de tesouraria devem deter em permanência um mínimo de 35% do seu valor líquido global investido em valores mobiliários e depósitos bancários com prazo de vencimento residual inferior a 12 meses, ou nos valores referidos no n.º 2 do art. 80 do Decreto-Lei n.º 15/2005 de 14 de Fevereiro, não podendo os depósitos bancários exceder 50% do valor líquido global.
3. A denominação dos OICVM de tesouraria deve conter a expressão “OICVM de tesouraria”.
4. Em tudo o que não se encontra disposto no presente artigo aplica-se o artigo 80º do Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro.

Artigo 3.º

OICVM do mercado monetário

Aos OICVM do mercado monetário é aplicável o disposto no artigo 80.º do Decreto-Lei n.º 15/2005 de 14 de Fevereiro com as seguintes especificidades:

- a) Os OICVM do mercado monetário detêm, em permanência, no mínimo 85% do seu valor líquido global investido em valores mobiliários, instrumentos do mercado monetário e depósitos bancários com prazo de investimento residual inferior a 12 meses;
- b) Aos OICVM do mercado monetário não é aplicável a limitação imposta quanto às aplicações em depósitos bancários;
- c) A denominação dos OICVM do mercado monetário contém a expressão «mercado monetário».

Artigo 4.º

OICVM de obrigações

1. Os OICVM de obrigações detêm, no mínimo, 2/3 do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em obrigações.
2. Os OICVM de obrigações não podem investir, direta ou indiretamente, em ações ordinárias.
3. São OICVM:
 - a) De obrigações de taxa variável, os OICVM que detêm mais de 50% do seu valor líquido global investido em obrigações de taxa variável;
 - b) De obrigações de taxa fixa, os fundos que detêm mais de 50% do seu valor líquido global investido em obrigações de taxa fixa;
 - c) De obrigações, os que não cumpram com o disposto nas alíneas anteriores.



BOLSA DE VALORES **CABO VERDE**

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

4. A denominação dos OICVM de obrigações contém a expressão «obrigações de taxa fixa», «obrigações de taxa variável» ou «obrigações», em conformidade com o número anterior.
5. No caso dos OICVM de obrigações de taxa fixa, é feita referência, em todas as ações publicitárias ou informativas, que a menção “taxa fixa” não constitui garantia de rendibilidade fixa do OICVM, mas que respeita ao tipo de ativo predominante no património do mesmo.

Artigo 5.º

OICVM de ações

1. Os OICVM de ações detêm, no mínimo, 2/3 do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em ações.
2. A denominação dos OICVM de ações contém a expressão «ações».

Artigo 6.º

OICVM mistos

1. Os OICVM mistos são OICVM com componente accionista e obrigacionista não passíveis de serem enquadrados nas tipologias de OICVM de ações ou de obrigações, ou cuja definição da política de investimentos não se enquadre nas restantes tipologias da presente Secção.
2. A denominação dos OICVM mistos contém a expressão «misto» ou, consoante a predominância dos ativos, «misto de obrigações» ou «misto de ações».

Artigo 7.º

OICVM flexíveis

1. Consideram-se OICVM flexíveis os OICVM que não assumem qualquer compromisso quanto à composição do património nos respetivos documentos constitutivos.
2. A subscrição de unidades de participação de OICVM flexíveis só se torna efectiva após a ratificação pelo investidor, no respectivo boletim de subscrição, da menção destacada que o risco do OICVM pode ser alterado devido, nomeadamente, à modificação da composição do património e da natureza dos ativos que o integram.
3. O modelo de boletim de subscrição referido no número anterior é objecto de aprovação prévia pela AGMVM.
4. A denominação dos OICVM flexíveis contém a expressão «flexível».

Artigo 8.º

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

OICVM de fundos

1. Os OICVM de fundos são constituídos exclusivamente por unidades de participação de outros OIC.
2. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 47.º do Regime Jurídico dos OIC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro, as entidades gestoras podem constituir OICVM de fundos que detenham exclusivamente unidades de participação de OIC geridos pela entidade gestora do OICVM ou por entidade gestora ligada a esta por relação de domínio ou de grupo, desde que esses OIC se encontrem identificados no regulamento de gestão do OICVM e não sejam cobradas quaisquer comissões de emissão ou resgate nas respetivas operações.
3. A denominação dos OICVM de fundos contém a expressão «OICVM de fundos».

Artigo 9.º

OICVM de índices

1. Os OICVM de índice são OICVM cuja política de investimentos consiste na reprodução integral ou parcial de um determinado índice de valores mobiliários, cujos termos e condições de constituição se encontram estabelecidos na Subsecção I da Secção II do presente Capítulo.
2. Os OICVM de índice enquadram-se numa das tipologias definidas nos artigos anteriores, em função da natureza e composição do índice reproduzido.
3. A denominação dos OICVM de índices contém a expressão «índice (denominação do índice)».

Artigo 10.º

OICVM garantidos

1. Os OICVM garantidos são OICVM que têm associadas garantias de capital ou de um determinado perfil de rendimentos, cujos termos e condições de constituição se encontram estabelecidos na Subsecção II da Secção II do presente Capítulo.
2. A denominação dos OICVM garantidos pode conter a expressão «garantido», com a condição de, caso a garantia associada ao fundo não possa ser accionada a qualquer momento, ser feita referência a esse facto em todas as ações publicitárias ou informativas.

Secção II

OICVM de Índice e OICVM Garantidos

Artigo 11.º



BOLSA DE VALORES

CABO VERDE

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Informação

1. As entidades gestoras que constituem OICVM de índices incluem nos respectivos relatórios e contas informação relativa à rendibilidade e risco do OICVM e do índice, no período de referência.
2. As entidades gestoras enviam à AGMVM, até ao 3.º dia útil subsequente ao final de cada trimestre, a informação respeitante à divergência entre a rendibilidade do fundo e do índice de referência, nos termos do Anexo I ao presente Regulamento.
3. As entidades gestoras divulgam nos relatórios e contas dos OICVM, com respeito ao período de referência do relatório, os custos suportados pela utilização das garantias, assim como as rendibilidades dos OICVM efectivamente verificadas e aquelas que se verificariam caso a garantia não tivesse sido contratada.
4. As entidades gestoras de OICVM comunicam à AGMVM qualquer informação que seja susceptível de afectar o cumprimento das obrigações das entidades garantes com quem contrataram, assim que a conheçam.

Subsecção I

OICVM de Índices

Artigo 12.º

Política de investimentos e limites

1. A política de investimentos dos OICVM de índices restringe-se aos valores mobiliários que integrem a carteira do índice, a direitos associados a esses valores e a liquidez.
2. Os OICVM de índices que efectuem reprodução parcial mantêm uma composição de carteira que a todo momento assegure uma exposição mínima ao índice de 75%.
3. Na prossecução dos objectivos de gestão dos OICVM de índices, as entidades gestoras podem recorrer aos mercados a contado e aos mercados a prazo.
4. Na medida em que tal se torne indispensável ao alcance dos objetivos dos fundos, podem as entidades gestoras:
 - a) Não cumprir as regras relativas à utilização de instrumentos financeiros derivados, empréstimo e reporte de valores mobiliários, aplicáveis aos OICVM;
 - b) Mediante autorização da AGMVM, onerar o património dos fundos para além do previs-to na alínea a) do n.º 8 do artigo 47.º do Regime Jurídico dos OIC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro.

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Artigo 13.º

Índices

1. São elegíveis para utilização pelas entidades gestoras os índices de valores mobiliários que observem o disposto no artigo 71.º do Regime Jurídico dos OIC aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro, e sejam:
 - a) Apurados por entidade gestora de mercado regulamentado em que os OICVM estejam legalmente autorizados a efectuar os seus investimentos;
 - b) Utilizados como referência nos mercados internacionais; ou
 - c) Reconhecidos pela AGMVM desde que existam garantias de eficiente funcionamento do índice e este seja demonstrado pela entidade gestora.
2. Os índices possuem regras relativas aos procedimentos de revisão e correção da sua carteira, designadamente sempre que se verifiquem vicissitudes relevantes relativamente a algum dos valores mobiliários que os integrem.
3. Os índices são divulgados de modo consistente através de canais que assegurem o fácil acesso dos investidores, designadamente:
 - a) Os que sejam objecto de reconhecimento universal nos mercados financeiros;
 - b) O sítio na *internet* da entidade gestora do OICVM;
 - c) Outros que sejam objecto de aprovação pela AGMVM.
4. As entidades gestoras dos OICVM apresentam junto da AGMVM um documento comprovativo da autorização da utilização da designação do índice, emitido pela entidade gestora deste último.

Artigo 14.º

Subscrição e resgate

Os OICVM de índices cujas unidades de participação sejam admitidas à negociação em mercado liquidam as operações de subscrição e resgate:

- a) Através de entrega em espécie dos valores mobiliários que integram as carteiras dos OICVM;
- b) Em numerário, se os documentos constitutivos o permitirem.

Artigo 15.º



BOLSA DE VALORES **CABO VERDE**

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Adaptação

1. As entidades gestoras adaptam a política de investimentos do OICVM; a outro índice que adequadamente substitua o anterior ou cessam a sua reprodução integral, quando designadamente se verifique que:
 - a) o índice deixa de ser calculado;
 - b) o índice registou alterações significativas na sua composição, não permitindo o cumprimento do disposto no n.º 1 do Artigo 13.º;
 - c) não se assegura o disposto na alínea c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do Artigo 13.º.
2. O prazo máximo para a conclusão do processo de adaptação referido no número anterior é de 6 meses contados desde a ocorrência do facto que determine esse processo.

Subsecção II

OICVM Garantidos

Artigo 16.º

Regime

1. A gestão dos OICVM é conduzida de modo autónomo à eventual necessidade de accionamento das garantias, no estrito cumprimento da política de investimentos e salvaguarda do interesse dos participantes.
2. É aplicável aos OICVM garantidos o disposto no n.º 4 do Artigo 12.º.

Artigo 17.º

Garantias

1. Para efeitos do disposto no n.º 1 do Artigo 16.º é autorizado o recurso a garantias prestadas por instituições de crédito, ao OICVM ou aos participantes, bem como a estruturação do património do OICVM com instrumentos financeiros adequados aos objetivos da garantia a proporcionar.
2. Quando sejam utilizadas garantias prestadas por instituições de crédito é celebrado contrato entre a entidade gestora do OICVM e aquela instituição, sendo o mesmo submetido à aprovação da AGMVM.
3. A entidade gestora promove os procedimentos necessários ao accionamento das garantias.

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

4. A AGMVM pode não autorizar a utilização de garantias que, em caso de necessidade de accionamento, não possibilitem ou dificultem o imediato pagamento aos participantes das quantias garantidas.
5. Quando a garantia seja proporcionada através da estruturação do património do OICVM, as entidades gestoras submetem à apreciação da AGMVM um memorando explicativo da operação, com o seguinte conteúdo mínimo, sem prejuízo dos elementos adicionais que a AGMVM possa requerer:
 - a) O tipo e as características dos instrumentos financeiros a utilizar;
 - b) A demonstração de como esses instrumentos financeiros irão assegurar a garantia que se pretende proporcionar;
 - c) Os custos a suportar pelo OICVM;
 - d) As eventuais contrapartes do OICVM nesses instrumentos;
 - e) Informação actualizada sobre a situação económico-financeira das contrapartes.

Artigo 18.º

Entidades garantes

No caso de se constituírem como garantes ou contrapartes dos OICVM entidades que se encontrem, relativamente à entidade gestora, nas situações previstas no n.º 1 do artigo 47.º do Regime Jurídico dos OIC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2005 de 14 de Fevereiro, a entidade gestora demonstra perante a AGMVM a observância do princípio constante do n.º 1 do Artigo 16.º.

CAPÍTULO II

Técnicas de Cobertura de Risco

Artigo 19.º

Utilização de instrumentos financeiros derivados

1. É permitida a utilização dos instrumentos financeiros derivados previstos nas alíneas e) e f) do n.º 1 do artigo 63.º do Regime Jurídico dos OIC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro para fins de cobertura de risco, dentro dos limites e condições estabelecidos no presente Regulamento.

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

2. A utilização dos instrumentos financeiros derivados referidos no número anterior provoca a redução da perda potencial máxima a que o património do fundo de investimento imobiliário, sem instrumentos financeiros derivados, estaria exposto.
3. As entidades gestoras de fundos de investimento imobiliário podem utilizar instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco do património dos OICVM que administrem.
4. Para efeitos do número anterior são admissíveis os instrumentos financeiros derivados transacionados em mercados regulamentados ou fora deles e cujo ativo subjacente e maturidade correspondam à natureza dos ativos e passivos detidos pelos fundos.

Artigo 20.º

Limites em instrumentos financeiros derivados

1. A exposição em instrumentos financeiros derivados a que se refere o n.º 3 do artigo 64.º do Regime Jurídico dos OIC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro, é medida, de acordo com a natureza de cada instrumento, pelo respectivo valor nacional do contrato, nomeadamente considerando, no caso dos contratos de futuros, o preço de referência e, no caso dos contratos de opções, o resultado da multiplicação entre o preço à vista do ativo subjacente e o delta da opção.
2. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 64.º do Regime Jurídico dos OIC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro, o acréscimo da perda potencial máxima resultante da utilização de instrumentos financeiros derivados não pode exceder, a todo o momento, 100% da perda potencial máxima a que o património do OICVM, sem instrumentos financeiros derivados, estaria exposto.
3. Na determinação do limite previsto no número anterior, a entidade gestora tem em conta alterações substanciais recentes registadas na volatilidade dos mercados, considerando como pressupostos, no mínimo, a detenção da carteira do OICVM por um período de 30 dias, um intervalo de confiança a 95% e, no máximo, volatilidades a um ano.
4. Para efeitos do disposto no n.º 14 do artigo 67.º do Regime Jurídico dos OIC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro, a exposição aos ativos subjacentes, nomeadamente resultante da utilização de futuros e opções, é medida em conformidade com o disposto no n.º

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

5. A exposição resultante aos ativos subjacentes dos instrumentos financeiros derivados não pode ser superior ao valor do património líquido dos fundos de investimento imobiliários.
6. Sempre que sejam utilizados instrumentos financeiros derivados transaccionados fora de mercado regulamentado, o fundo não pode, relativamente a cada contraparte, apresentar uma exposição superior a um terço do seu património, medida nos termos do número anterior.

Artigo 21.º

Excepções

1. Encontram-se dispensados do cálculo do acréscimo de perda potencial máxima, nos termos previstos no n.º 2 do artigo anterior, os OICVM que:
 - a) não excedam uma exposição total de 100% do seu valor líquido global; e
 - b) não invistam em prémios de opções mais de 10% do seu valor líquido global;
 - c) excedendo uma exposição total de 100% do seu valor líquido global, tal se deva exclusivamente à detenção de instrumentos financeiros derivados cujos ativos subjacentes sejam idênticos aos detidos pelo OICVM;
 - d) detendo uma exposição entre 100% e 200% do seu valor líquido global, invistam exclusivamente em liquidez e em instrumentos financeiros derivados.
2. A exposição total referida no número anterior é medida pelo somatório, em valor absoluto, dos montantes investidos no mercado à vista, à excepção de liquidez, e do nível de exposição em instrumentos financeiros derivados calculados em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo anterior.

Artigo 22.º

Responsabilidades extrapatrimoniais

As responsabilidades extrapatrimoniais registadas na carteira do OICVM são entendidas como a exposição resultante em termos de ativo subjacente do instrumento financeiro derivado, medida nos termos do n.º 1 do artigo 20.º.

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Artigo 23.º

Informação sobre instrumentos financeiros derivados

As entidades gestoras que utilizem instrumentos financeiros derivados informam a AGMVM, até ao 3.º dia útil subsequente ao final de cada trimestre, nos termos do anexo II do presente Regulamento, do cumprimento do disposto nos artigos anteriores.

CAPÍTULO III

Fusão de OIC

Artigo 24º

Modalidades

1. A fusão de OIC realiza-se:

- a) Por incorporação, mediante a transferência total do património de um ou mais OIC para o OIC incorporante, o que implica a extinção dos OIC incorporados;
- b) Por criação de um OIC, mediante a constituição de um novo OIC, para o qual se transfere a totalidade do património dos OIC objecto da fusão, o que implica a extinção destes últimos.

2. Os OIC objecto de fusão podem ser geridos pela mesma entidade gestora ou por entidades gestoras distintas.

3. Podem ser objecto de fusão dois ou mais OIC, desde que não existam entre eles incompatibilidades substanciais ao nível das respectivas políticas de investimentos, ficando a sua elegibilidade para o efeito sujeita a aprovação da AGMVM.

4. Para efeitos da realização da operação de fusão adoptam-se critérios de avaliação idênticos para o mesmo tipo de ativos que integram o património dos OIC envolvidos, que correspondem aos critérios de avaliação estabelecidos nos documentos constitutivos do OIC que resultar da fusão.

5. A data da fusão, fixada pela entidade gestora, é aquela em que produzem efeitos as operações de troca de participações pressupostas no n.º 1.

Artigo 25º

Autorização para fusão de OIC



BOLSA DE VALORES
CABO VERDE

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

1. A fusão de OIC está sujeita a autorização da AGMVM, cuja decisão é notificada aos requerentes no prazo de 30 dias a contar da data da recepção do pedido ou de informações complementares solicitadas.
2. O pedido de autorização, subscrito pela entidade ou pelas entidades gestoras, é instruído com os seguintes elementos:
 - a) Memorando descritivo do projeto de fusão, contendo, nomeadamente, a seguinte informação:
 - i) Justificação e data previsível da fusão;
 - ii) Identificação da modalidade de fusão a adoptar e dos OIC envolvidos;
 - iii) Identificação das entidades gestora e depositária responsáveis pelo OIC que resultar da fusão;
 - iv) Demonstração da compatibilidade das políticas de investimento dos OIC envolvidos;
 - v) Indicação, se necessário, dos critérios a adoptar tendo em vista a uniformidade, da data da fusão, da avaliação de ativos do mesmo tipo entre os OIC envolvido, e do impacto dos mesmos no respetivo valor do património;
 - vi) Critérios de atribuição das unidades de participações aos participantes do OIC que resultar da fusão;
 - vii) Identificação das alterações aos documentos constitutivos do OIC que resultar da fusão, nomeadamente no que respeita a condições de subscrição e resgate, comissões, prazos de resgate, entidades e meios de comercialização;
 - b) Declaração de concordância dos depositários envolvidos;
 - c) Parecer do auditor dos OIC sobre as matérias enunciadas nos pontos v. e vi. da alínea a) do n.º 2;
 - d) Projectos dos prospectos completo e simplificado do OIC incorporante, caso existam alterações, no caso de fusão por incorporação;
 - e) Elementos necessários à constituição do OIC, no caso de fusão por criação de um novo OIC.
3. A autorização da fusão abrange igualmente a autorização para a constituição do novo OIC ou a aprovação das alterações dos documentos constitutivos do OIC incorporante, consoante os casos, e tem em conta, no caso de estarem envolvidas duas ou mais entidades gestoras, a adequação dos meios técnicos, materiais e humanos da entidade gestora que ficar responsável pela gestão do OIC que resultar da fusão.

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

4. A data da fusão não dista mais de 90 dias após a notificação da autorização da AGMVM.

Artigo 26º

Informação sobre fusão de OIC

1. Após a notificação da autorização da AGMVM, a entidade gestora responsável pela gestão do OIC que resultar da fusão, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data da fusão:
 - a) Publica, num dos meios previstos no n.º 1 do artigo 43º do Regime Jurídico dos OIC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro, um aviso que contenha as principais condições da fusão, designadamente, a informação constante da alínea seguinte;
 - b) Comunica individualmente aos participantes dos OIC a realização da operação da fusão, indicando, no mínimo, os seguintes elementos:
 - i) Principais condições da fusão, nomeadamente se se trata de fusão por incorporação ou por criação de um novo OIC, e identificação dos OIC incorporados e do OIC incorporante ou do novo OIC;
 - ii) Data da fusão;
 - iii) Informação sobre eventuais aumentos de comissões ou agravamento de outras condições de subscrição ou de resgate;
 - iv) Informação sobre a possibilidade do resgate e subscrição das unidades de participação se efetuar nas mesmas condições praticadas pelo OIC em que são participantes, até à data da fusão;
 - v) Explicação sobre as consequências da fusão, nomeadamente no que diz respeito à manutenção do valor proporcional das unidades de participação detidas e à eventual modificação da sua quantidade;
 - vi) Informação sobre a eventual substituição da entidade gestora e depositário, e modificações ao nível dos meios ou locais de comercialização das unidades de participação;
 - vii) Informação sobre a disponibilidade dos documentos, nos termos do número seguinte;
 - viii) Aviso sobre a existência de períodos de suspensão de resgate e de emissão de unidades de participação;
 - ix) Comunicação sobre a inexistência de comissões de subscrição ou de resgate ou de quaisquer custos adicionais em consequência da operação de fusão.



BOLSA DE VALORES

CABO VERDE

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

2. Os documentos referidos no n.º 2 do artigo anterior estão à disposição dos participantes, junto das entidades comercializadoras dos OIC, com a antecedência mínima de 30 dias em relação à data da fusão.

Artigo 27º

Direitos dos participantes

1. Os participantes do OIC que resulta da fusão passam a deter um número de unidades de participação proporcional ao valor, à data da fusão, das unidades de participação que detinham nos OIC envolvidos.
2. Não são cobradas quaisquer comissões de subscrição ou de resgate, em consequência das operações relativas à fusão, nem são gerados quaisquer outros custos para os participantes.
3. Caso se verifique um aumento das comissões de resgate ou de transferência ou o agravamento das suas condições de cálculo no OIC que resultar da fusão aos participantes dos OIC incorporados aplicar-se-ão as comissões de resgate ou de transferência destes últimos, mas apenas no que respeita às unidades de participação do OIC incorporante ou do novo OIC que lhes forem atribuídas nos termos do n.º 1.
4. Caso se verifique um aumento global das comissões de gestão e de depósito ou uma alteração substancial da política de investimentos no OIC que resultar da fusão, os participantes dos OIC incorporados podem proceder ao resgate das unidades de participação sem pagar a respetiva comissão, até 1 mês após a data da fusão.
5. Para efeitos das condições de resgate aplicáveis aos participantes, a data de subscrição das unidades de participação a considerar é a data em que foram subscritas as unidades de participação dos OIC incorporados.
6. Os participantes têm direito, nomeadamente, à informação prevista no n.º 1 do artigo anterior, devendo a entidade gestora informar a AGMVM do cumprimento das obrigações que a este respeito lhe são cometidas, até ao 3.º dia útil após o cumprimento.

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Artigo 28º

Suspensão da emissão e do resgate

1. As operações de resgate das unidades de participação das unidades de participação dos OIC envolvidos na fusão podem ser suspensas durante o período de tempo igual ao maior dos prazos de resgate previstos para esses OIC, imediatamente anterior à data da fusão.
2. As operações de emissão das unidades de participação dos OIC envolvidos na fusão são suspensas durante os dois dias úteis anteriores à data da fusão.

CAPÍTULO IV

Liquidação de OIC

Artigo 29.º

Formalidades e prazos de liquidação de fundos

1. A liquidação de um OIC pelo motivo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Regime Jurídico dos OIC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro, apenas é possível caso o OIC esteja em atividade há pelo menos um ano.
2. Verificado o facto que origina a dissolução, esse facto, a liquidação e o respetivo prazo são imediatamente comunicados individualmente a cada participante e divulgados em todos os locais e meios utilizados para a comercialização e divulgação do valor das unidades de participação.
3. A partir do momento em que a dissolução produz efeitos, o processo de liquidação torna-se irreversível.
4. A dissolução de OIC admitidos à negociação determina a imediata exclusão de negociação das respectivas unidades de participação e a divulgação do facto através do meio de comunicação oficial do mercado.
5. A liquidação de um OIC nos termos previstos no n.º 1 impossibilita a constituição pela mesma entidade gestora, no prazo de 180 dias, de um novo OIC com idêntica política de investimentos, salvo se autorizado pela AGMVM, a requerimento da entidade gestora, devidamente fundamentado.
6. O prazo para a liquidação de OIC abertos não pode exceder 15 dias, salvo disposição em contrário nos documentos constitutivos.

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

7. A alienação de ativos mobiliários não cotados no âmbito do processo de liquidação não pode ser efectuada com base em avaliação efectuada há mais de 15 dias.
8. Os encargos relativos à liquidação dos OIC apenas podem ser imputados aos participantes o caso previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do Regime Jurídico dos OIC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro, desde que previsto nos respetivos documentos constitutivos.
9. No caso de não ser possível ao liquidatário proceder ao pagamento do produto da liquidação a algum dos participantes dentro do prazo definido para a conclusão da liquidação, adotar os procedimentos necessários para salvaguardar esse direito, nomeadamente através de consignação em depósito dos montantes devidos, devendo esse fato ser comunicado de imediato a AGMVM.

Artigo 30.º

Responsabilidades dos liquidatários

O liquidatário responde pelos prejuízos causados aos participantes em consequências de erros e irregularidades no processo de liquidação que lhe sejam imputáveis.

Artigo 31.º

Contas de liquidação e relatório do auditor

1. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 19.º do Regime Jurídico dos OIC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro, o valor final de liquidação por unidade de participação é objecto de parecer favorável do auditor do OIC, o qual se pronuncia nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Regime Jurídico dos OIC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro.
2. Constituem contas de liquidação referidas no n.º 8 do artigo 19.º do Regime Jurídico dos OIC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro, o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa, o relatório do auditor do OIC e o relatório de liquidação.
3. Do relatório de liquidação consta, nomeadamente:
 - a) A discriminação de todas as operações efectuadas tendo em vista a liquidação, incluindo, nomeadamente, sendo o caso, a identificação das contrapartes nas operações realizadas fora de mercado regulamentado quando relativas a ativos admitidos à negociação em mercado regulamentado;

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

- b) Declaração do liquidatário no sentido de que estão satisfeitos ou acautelados todos os direitos dos participantes do OIC.

Artigo 32.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2008.

Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, de Banco de Cabo Verde, na Praia, aos 23 de Novembro de 2007. - A Auditora Geral, *Maria da Encarnação Alves da Silva Rocha*

Anexo I

Caracterização da rendibilidade e risco dos OICVM Índice

(Informação prevista no Artigo 11.º do Regulamento dos Organismos de Investimento Colectivo)

TRIMESTRE:

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE GESTORA:

DESIGNAÇÃO DO OICVM:

CÓD. OICVM:



BOLSA DE VALORES
CABO VERDE

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

DESIGNAÇÃO COMPLETA DO ÍNDICE:

	OICVM	ÍNDICE	DESVIOS
Rendibilidade	X%	Y%	(X-Y) %
Risco	Z%	W%	(Z - W) %
Comissões (gestão + depósito)			
Custos de Transacção			- A%
Fiscalidade			-B%
Diferenças de composição Fundo - Índice)			-D%
Outros			± E%
TOTAL			(A+B+C+D+E) %

Nota: (A+B+C+D+E) % = (X-Y) %

Anexo II

Realização de operações em instrumentos financeiros derivados e cálculo da perda potencial

máxima do OICVM

(Informação prevista no Artigo 23.º do Regulamento dos Organismos de Investimento Colectivo)

TRIMESTRE

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE GESTORA:

DESIGNAÇÃO DO OICVM:



BOLSA DE VALORES
CABO VERDE

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Cód. OICVM:

Data da operação	Descrição do contrato	Contraparte	Vencimento	Posição da carteira				
				Instrumento			Exposição ao risco	
				financeiro derivado			(% do VLGF)	
				Nº de Contratos	P. Líquida (C/V)	Valor Nacional	Exposição Total	Exposição em Derivados
a)	b)	c)	d)	e)	f)	g)	h)	i)

Notas:

- a) Data de aquisição da operação.
- b) Denominação do instrumento financeiro derivado, tal como é formalmente designado nas respetivas condições gerais, indicando, se aplicável, o mercado onde foi negociado.
- c) Identificação da contraparte da operação.
- d) Vencimento do contrato para o qual este foi negociado.
- e) Número de contratos da posição líquida em aberto
- f) Sinal da posição líquida, compradora (C) ou vendedora (V).
- g) Valor nacional do contrato.
- h) Exposição total a ativos com risco em % do VLGF.
- i) Exposição em instrumentos financeiros derivados em % do VLGF.

Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, na Praia, aos 23 de Novembro de 2007. A Auditora – Geral, *Maria Encarnação Alves da Silva Rocha*.



BOLSA DE VALORES
CABO VERDE

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.